



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Departamento de Compras
Divisão de Licitações e Contratos

Relatório SEI-GDF n.º 294/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília-DF, 10 de outubro de 2022

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Ref.: Pregão Eletrônico nº 027/2022 – DECOMP/DA

Obj.: Contratação de Empresa especializada para prestação dos serviços de prevenção e combate a incêndio e primeiros socorros, por meio de equipe de Brigada de Incêndio (Bombeiros Civis) e Líderes, em postos diurnos e noturnos, com o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, acessórios e ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços, a serem executados de forma contínua, para atender a demanda do Edifício Sede e Viveiros I e II da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, conforme especificações e condições constantes no presente Termo de Referência e seus anexos.

1. DA INTRODUÇÃO

O presente procedimento licitatório tem como objeto a Contratação de Empresa especializada para prestação dos serviços de prevenção e combate a incêndio e primeiros socorros, por meio de equipe de Brigada de Incêndio (Bombeiros Civis).

O Pregão Eletrônico nº 027/2022 – DECOMP/DA/PRES/NOVACAP teve o seu edital republicado no dia 26 de agosto de 2022, com abertura do certame prevista para o dia 19 de setembro de 2022.

No dia 01 de setembro de 2022, foi apresentado os seguintes pedidos de impugnação, conforme documentos (94680288 e 94905977).

A Decisão do TCDF Tribunal de Contas do Distrito Federal (97440894), sugeriu que a NOVACAP de continuidade no Pregão Eletrônico 027/2022 após as correções feitas no Termo de Referência.

Cumpramos esclarecer que após atendimento das impugnações, novo edital será publicado com a previsão de abertura para 24 de outubro de 2022.

2. DA TEMPESTIVIDADE

Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente impugnação, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

3. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em suas razões, a empresa XXXX pugna por:

- a) "Retificação do Item XIV.b.1, tendo como finalidade exigir a comprovação do gerenciamento de serviços de cessão de mão de obra e não atrelados ao objeto licitado;"
- b) "Alteração do Item XIV.b.2, tendo como objetivo final a repartição desta Licitação em Lotes, sendo um para serviços de combate à incêndio com disponibilização de mão de obra de bombeiro civil e outro de destinado à elaboração e execução do PPCI - Plano de Prevenção contra Incêndio e Pânico"

Ainda, em suas razões, a empresa XXXX pugna por:

Retificação do item item 7.2.1, incisos XIV.a, XIV.a.1, XIV.b.2, XIV b.6 e XIV.b.7 do Edital do Certame.

É o que cabe relatar.

4. DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

Em se tratando de aspecto eminentemente técnico, os autos foram encaminhados à área demandante, no termo do Despacho NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (SEI nº 94906064)

Em resposta, a área demandante exarou os seguintes documentos:

- 1 - Despacho NOVACAP/DA/DEMAP/DISEV (SEI nº 94780616) e;
- 2 - Despacho NOVACAP/PRES/DA/DEMAP (SEI nº 95832814) nos seguintes moldes:

As exigências de capacidade técnica foram previstas na forma do Regimento de Licitações e Contratos da NOVACAP, art. 85, inciso II:

*"II- comprovação de aptidão para **desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme exigência contida no Edital;"*

Como se trata de serviços especializados, se deve obediência à legislação inerente às atividades, conforme inciso III do mesmo dispositivo mencionado do RLC:

*"III - atendimento de requisitos previstos em **lei especial**, quando for o caso;"*

Considerando que o escopo da contratação prevê a **prestação de serviços de Bombeiro Civil ou Brigada de Incêndio**, é inadmissível a previsão de aptidão

técnica desassociada do objeto a ser licitado, ou seja, não se busca contratar uma empresa que detenha experiência exclusivamente com “*gestão de mão de obra*”, mas que comprove atuação no ramo econômico de serviços de bombeiro civil, conforme regulamentado pela Lei nº 11.901/2009, de forma a garantir o cumprimento das obrigações a serem contraídas, tal como disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal.

A Impugnante sustenta que “*o serviço objeto da licitação não envolve riscos à saúde ou à integridade física dos próprios prestadores de serviço ou de terceiros, tampouco envolve a manipulação de produtos delicados ou perigosos, ou seja, nenhuma circunstância que exija cuidados especiais ou que justifiquem exigências específicas*”.

Ao que tudo indica, a empresa está alheia aos riscos envoltos à usina de asfalto instalada na sede da Companhia, que se enquadra no grau de risco “C-1” (Alto) da Norma Técnica nº 02/2016-CBMDF, bem como ao grau de risco “B-2” (Médio) dos Viveiros, o que indica desconhecimento das atividades a serem desenvolvidas e da vasta legislação específica que rege a matéria, devidamente detalhada no Edital e em seus anexos.

A atividade de bombeiro civil ou brigada de incêndio, regulamentada pela Lei nº 11.901/2009, requer formação, domínio de técnicas especializadas, autorização prévia do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e um rigoroso controle de processos e procedimentos, que se mal executados podem colocar em risco a vida das pessoas que atuam direta ou indiretamente nas instalações da NOVACAP, sobretudo com os elevados riscos identificados.

O Bombeiro Civil Mestre ou Supervisor de Brigada, por sua vez, deve ter formação em engenharia, conforme art. 4º, inciso III, da Lei nº 11.901/2009, conforme adiante:

*“III - Bombeiro Civil Mestre, o **formado em engenharia** com especialização em prevenção e combate a incêndio, responsável pelo Departamento de Prevenção e Combate a Incêndio.”*

E mais, cabe ao profissional a elaboração do PPCI, de acordo com a Norma Técnica nº 007/2011 – CBMDF, item 4.6.1.1:

“4.6.1.1 O Supervisor da Brigada de Incêndio deve elaborar o PPCI avaliando os riscos de incêndio específicos das edificações à exceção dos eventos classificados como atividade eventual que possuem legislação específica;”

A formação em **engenharia** requisitada está prevista, ainda, na Lei nº 13.425/2017, que estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público, exigindo conhecimento em projetos de arquitetura, cálculo estrutural, instalações prediais, urbanização e outros, além da Norma Técnica nº 007/2011-CBMDF, de forma a resguardar a Administração contra incidentes ou prever ações emergenciais para salvaguarda de vidas, cujos detalhes das estruturas existentes devem ser conhecidos para a adequada elaboração do Plano de Prevenção contra Incêndio e Pânico – PPCI, possibilitando a identificação prévia de vulnerabilidades. Vide art. 21, § 1º, da Lei nº 13.425/2017:

“Art. 21. Os órgãos de fiscalização do exercício das profissões de engenheiro e arquiteto, disciplinadas respectivamente pela [Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966](#), e pela [Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010](#), em seus atos de fiscalização, exigirão a apresentação dos projetos técnicos elaborados pelos profissionais, devidamente aprovados pelo poder público municipal.

§ 1º Nos projetos técnicos referidos no caput deste artigo incluem-se, conforme o caso, projetos de arquitetura, cálculo estrutural, instalações prediais, urbanização e outros a cargo de profissionais das áreas de engenharia e de arquitetura.”

Sendo uma atividade de engenharia, a empresa especializada deve ter registro junto ao CREA, de forma a não caracterizar exercício ilegal da profissão, conforme art. 6º, letra "a", da Lei nº 5.194/66:

"Art. 6º Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo:

a) a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços público ou privado reservados aos profissionais de que trata esta lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais;"

Por fim, tem-se que a prova de registro na entidade profissional competente, qual seja o CREA ou o CAU, consoante a legislação vigente, está prevista no art. 85, inciso I, do RLC:

I - registro ou inscrição na entidade profissional correspondente, quando cabível;

Como pode ser visto, os requisitos previstos atendem plenamente as disposições da legislação e dos normativos aplicáveis, razão pela qual se recomenda o total **indeferimento da impugnação**, mantendo-se as condições previstas no edital.

5. CONCLUSÃO

Respalhando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e após a análise da alegação apresentada pela Impugnante, entende-se pelo **não acolhimento** das Impugnações ao Edital, pela absoluta inaplicabilidade de sua alegação.

A presente resposta à impugnação ao Edital ficará disponível e divulgada nos seguinte endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP) e <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp>.

LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO

Chefe do Departamento de Compras - DECOMP



Documento assinado eletronicamente por **LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO - Matr.0973557-7, Chefe do Departamento de Compras**, em 14/10/2022, às 17:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **97450429** código CRC= **363D64EA**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF